



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015
N.º 01/2015**

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária - Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENCAS: José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Manuel António Esteves Rebelo, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Alfredo Ribeiro Gouveia, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. ----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Patrícia Alexandra Correia Fernandes Pereira, Adérito Ribeiro Silvério, José Filipe da Silva Gonçalves. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara; Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. -----

OUTRAS PRESENCAS: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 horas. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da Sessão.



----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar o pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado José Emílio Esteves da Silva (n.º 2, artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de janeiro); -----

----- **2.2**– Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.3** – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia, para representar as Freguesias do Município, no Conselho Municipal de Educação (alínea d), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimentos concursais de recrutamento na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza/vias municipais) e na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Arquiteto), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015); -----

----- **2.5** - Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da despesa – 2015 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015); -----

----- **2.6** – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015); -----



----- **2.7** – Deliberar sobre a alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação atual – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2015); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão, cumprimentou os Senhores Membros da Assembleia, o Senhor Chefe de Divisão, Dr. Sequeira e ao Executivo Municipal dirigiu um cumprimento muito especial. Cumprimentou também o público, que era uma honra muito grande, para aquele plenário, poderem contar em todas as sessões com o público, desejando que aquela Assembleia fosse do inteiro agrado dos presentes e que a mesma pudesse contribuir para que, de futuro, sirva para sensibilizar mais Penaguienses a assistirem às sessões da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas e admitida a substituição dos Senhores Deputados Adérito Ribeiro Silvério e José Filipe da Silva Gonçalves, por Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, todos do (PPD/PSD). -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da ata da sessão realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência. -----

----- Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior, depois de cumprimentar os presentes disse que as atas devem transcrever tudo o que se passa na Assembleia Municipal, e que no ponto 2.10, da última Assembleia Municipal, onde proferiu uma intervenção política baseada na



introdução do documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015” em que grande parte da sua intervenção não foi transcrita para a Ata, como, por exemplo, afirmar Santa Marta, Overbooking, o novo projeto da escola, etc.. Mais disse que lamentava ter que votar contra, salvo se, fosse garantido que a sua intervenção seria transcrita, na íntegra, para a ata. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que lamentava o sucedido, mas o que realmente se tinha passado foi um problema técnico na gravação e não foi possível transcrever tudo o que o Senhor Deputado havia falado. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior disse que face à justificação apresentada iriam aprovar a ata, exigindo que o problema técnico não voltasse a suceder. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

---- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados da correspondência recebida e remetida com antecedência a todos os membros, não se verificando quaisquer intervenções. -----

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrições, tendo a bancada do PPD/PSD, através do Senhor Deputado Paulo Prior, apresentado à mesa uma proposta, com o seguinte teor: -----

----- **" PROPOSTA** -----

----- *Considerando que:*-----

----- *Por deliberação de 7 de Setembro de 2009 o executivo municipal, liderado pelo Partido Socialista e composto por Francisco Ribeiro, José Alberto Araújo, Araldo Osório e, pelo PSD, por Paulo Prior, aprovou, por unanimidade, comparticipar as obras de construção do Pavilhão Multiusos de Fontes, no valor de 180.000,00 € (cento e oitenta mil euros), correspondente a 90% do valor orçado para as mesmas;* -----



----- Por deliberação de 16 de Novembro de 2010 o executivo municipal, liderado pelo Partido Socialista e composto por Francisco Ribeiro, José Alberto Araújo, Sílvia Guedes, Luís Machado e, pelo PSD, por Rafael Feliciano, aprovou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração e Comparticipação Financeira relativo à construção do Pavilhão Multiusos de Fontes; -----

----- Por deliberação de 1 de Outubro de 2013 o executivo municipal, na presença de Francisco Ribeiro, Sílvia Guedes e José Alberto Araújo, deliberou por unanimidade não deliberar sobre o pedido de apoio de 16.355,81€ solicitado pela Junta de freguesia de Fontes, liderada por Raul Cardoso, em virtude de se encontrar em período de gestão; -----

----- Na acta da última reunião do executivo anterior da Junta de Freguesia de Fontes estão elencadas e identificadas as faturas em dívida, no total de 29.996,95€, relativas à obra do Pavilhão Multiusos de Fontes; -----

----- Tal obra foi levada a cabo e fiscalizada pelos executivos socialistas da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Fontes e que as dívidas resultantes da execução da mesma foram por si contraídas; -----

----- A Junta de Freguesia de Fontes não dispõe de verba que lhe permita saldar tal dívida, porquanto todas as suas receitas estão necessariamente consignadas à satisfação das necessidades correntes e dos projetos actuais orçamentados e em execução. -----

----- Considerando, ainda, que: -----

----- Se encontra pendente um processo judicial em que é autor Sérgio Martins, Construção Civil e Obras Públicas Unipessoal, Lda. E réu a Junta de Freguesia da Cumieira, no valor de 27.684,15€, relativo à dívida da obra da nova sede desta Junta de Freguesia; -----

----- Que tal dívida foi contraída por executivos socialistas, quer do município quer da freguesia; -----

----- Que é publico, e publicitado, um “acordo escrito audaz, sincero, objectivo, datado e assinado com a candidatura à câmara do Luís Machado” (sic), no qual ficou acordado o



pagamento de “um valor que se encontra em litígio com um (...) empreiteiro no valor de aproximadamente 21000 euros e resultante da construção da futura sede da Junta de Freguesia da Cumieira.” -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD de Santa Marta de Penaguião propõe: -----

----- Que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que se digne honrar estes dois compromissos e saldar estas dívidas, para o que se indica como fonte de financiamento disponível a verba, que seja necessária para o efeito, a utilizar e afectar do saldo de gerência de 2014 para estes dois novos projectos a criar na 1.ª revisão orçamental que, legalmente, o Município tem de efetuar em Abril, como consequência da aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão. -----

----- A utilização desta verba não coloca em causa a execução de nenhum projecto do orçamento aprovado e em curso. -----

----- 27-02-2015. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião.” Assinatura: “ Paulo Prior” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão do Plenário. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra e iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, os Senhores Membros da Assembleia, os colegas do Executivo e o público, realçando que, cada vez em maior número, comparece para saberem as verdades que se passam no concelho. Referiu que, como toda a gente sabe, chegar ao final de 2014 com 629.000 euros de saldo era fruto de muito trabalho, muita competência, muito rigor e coragem para deixar cair alguns projetos que estavam programados, assim como enfrentar a bancada do PSD que lhes iam dizer que não cumpriram uma série de projetos que estavam no Plano de 2014, e, que chegaram com esse saldo porque em abril ou maio anteciparam as receitas do terceiro e do quarto trimestres, hipotecando toda a receita de seis meses para pagarem o que pagaram, mas que chegam



ao final do ano com uma “almofada” para qualquer ocorrência que possa acontecer no Concelho. -----

----- Informou que, relativamente a Fontes e segundo informação dos Serviços, Técnicos e Financeiros, a Câmara no anterior mandato cumpriu o protocolo na íntegra, mas que depois das eleições alguém contraiu despesas ilegais e explicou que eram ilegais, porque no período que medeia as eleições e a tomada de posse não se podem contrair despesas e essa foi a única razão porque numa reunião de Câmara os Senhores Vereadores, Eng.º José Alberto e Dr.ª Sílvia Silva, e muito bem, não permitiram uma ilegalidade. Mais informou que, relativamente à obra em questão, a Câmara e algumas Juntas optaram por abdicar de alguns projetos para pagarem encargos anteriores, foi uma opção, e, que, se o Senhor Presidente da Junta de Fontes, optou por fazer obra e não cumprir com os compromissos que vinham de trás, foi uma opção. -----

----- Informou que a dívida era de 30 mil euros e que com o que a Câmara deu no ano passado, 26 mil euros, mais o que já deu no ano em curso, a dívida já poderia estar saldada. Informou, ainda, que em março irão transferir para as Juntas de Freguesia um valor maior do que a dívida que a Junta de Freguesia de Fontes herdou da Junta anterior. Continuou, dizendo que as Juntas só recebem do Orçamento do Estado e essas transferências chegam e sobram para suportar as despesas ordinárias e de funcionamento e o que a Câmara, em 2014, transferiu para as Juntas de Freguesia foi para fazer face a essas situações, e que quem não tinha tais situações, poderia investir. O mesmo aconteceu com a União de Freguesia de Louredo e Fornelos, ficaram com encargos e a Câmara também lhes transferiu dinheiro. Na questão das contas, já alguém o dizia, “é só *fazer as contas*”, e quanto às opções, são de quem lidera os órgãos autárquicos. -----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado Cesário Canário, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e de seguida esclareceu o Senhor Deputado Paulo Prior sobre as dívidas da anterior Junta de Freguesia de Fontes, uma vez que dela fazia parte. Referiu



que não queria deixar passar em claro a situação porque também tem responsabilidades no assunto. Continuou, dizendo ao Senhor Deputado Paulo Prior, líder do grupo municipal do PPD/PSD, que o que proferiu não corresponde à verdade, e perguntou se por acaso essa dívida consta do Plano da Junta de Freguesia. Mais disse que a anterior Junta foi alvo de muitas críticas e calúnias, como a das dívidas e da falta de dinheiro para pagar a água. Quanto ao Pavilhão, disse que se as obras não estão concluídas foi porque não houve vontade, pois a Junta de Freguesia de Fontes, já recebeu, até hoje, cerca de 70 mil euros. Desafiou o Senhor Deputado Paulo Prior a documentar-se e verificar que o que lhe disseram não é de todo verdade e que depois discutiriam o assunto. Aproveitou a oportunidade para dizer que na vida e na política deve haver frontalidade e seriedade. -----

----- De seguida, endereçou um elogio ao Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho árduo, o caminho ingreme que tem percorrido, a tomada de posições e decisões difíceis, e que essa atitude está a transmitir a todo o Concelho uma enorme confiança. Quanto ao transporte disponibilizado pelo Senhor Presidente da Câmara aos Membros da Assembleia do PPD/PSD, para assistirem aquela sessão, lamentou que tenham abdicado dele. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior respondeu ao Deputado Cesário Canário que quanto aos documentos que referiu, lhe dará a resposta quando estiver documentado, e que quanto às críticas são factos, aqui estão exclusivamente reuniões levadas a cabo no Executivo Municipal e solicitações pedidas pela Junta de Freguesia da qual o Senhor Deputado Cesário Canário fazia parte. Esclareceu que a proposta visa única e exclusivamente resolver um problema, e no respeitante à sua atitude de crítica, disse que toma sempre a mesma, que, o que diz na Assembleia, também o diz fora, dentro do país ou fora dele, que a sua posição é sempre a mesma, exemplificou que não é como o Presidente do Partido Socialista, Dr. António Costa, quanto à tomada de posição sobre o estado do País. Relativamente aos transportes, agradeceu a amabilidade do Executivo e questionou se também terá essa



amabilidade para ir buscar o Senhor Deputado Adérito Silvério ao aeroporto internacional Dr. Francisco Sá Carneiro, na próxima oportunidade. -----

----- O Senhor Deputado José Granja solicitou a palavra para dizer que a proposta de recomendação apresentada pelo grupo municipal do PPD/PSD, é uma linha morta, que não estão ali para brincar e fazer recomendações. Acrescentou, propondo que o Partido Socialista vote contra essa proposta. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior respondeu que as recomendações estão no Regulamento Municipal, o qual o Senhor Deputado José Granja, também o aprovou, referindo que não está a inventar nada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, e, sobre o assunto, disse que normalmente as recomendações se fazem quando estão documentadas, e que a bancada do PPD/PSD não está documentada, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontes se lembra na reunião referida pelo Membro da Assembleia, Senhor Cesário Canário, foi-lhe dito que se fizesse a obra com garantia, de pelo menos dois anos, a Câmara pagaria a obra na totalidade. Disse também que, relativamente aos transportes, desconhece que exista algum membro daquela Assembleia que viva em Pedras Rubras, e que está documentado para o dizer. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior respondeu que o Senhor Presidente da Câmara deverá ler o parecer jurídico, com cuidado, onde diz que os Membros da Assembleia têm direito ao subsídio de transporte do aeroporto até ao local da realização da Assembleia Municipal. ----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontes solicitou a palavra para dizer que quanto ao dinheiro transferido para a Junta, também foi transferido para as restantes Juntas através de um Protocolo de Delegação de Competências, ou seja, está destinado para um determinado fim. Continuou dizendo que quanto à dívida, a única prova que tem é a última ata do anterior Executivo, que diz que existem faturas por pagar e que perfazem o valor já referido. Relativamente à reunião com o empreiteiro da obra, disse que concordou com o



Senhor Presidente, que os serviços quando são feitos têm que ser bem-feitos, que o piso teria que ser repostado, com qualidade e com a garantia, nas devidas condições. Informou que o que sucedeu foi que o empreiteiro não ficou contente com a reunião, disse que não havia mais nada a fazer na obra e que iria meter um processo em tribunal. Existe, então, um processo no tribunal contra a Junta de Freguesia de Fontes porque o empreiteiro não quer compor o piso e, uma vez que este está danificado, a Junta não pretende pagar porque é uma obra recente. O Senhor Presidente da Junta informou, também, que a dívida não é só a do Pavilhão mas também a de outras empresas que estão a exigir o seu pagamento. Mais disse que a proposta em discussão também visa a Junta de Freguesia da Cumieira, que está na mesma situação, e dessa forma viria a resolver a questão de ambas as freguesias. Disse ainda que, “quanto à questão de pagar é uma opção”. -----

----- Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira disse que relativamente ao que o Senhor Presidente da Junta de Fontes disse, sobre as duas Juntas estarem na mesma situação, isso não era comparável como já tinham discutido pessoalmente. Acrescentou, que quando entrou para Junta encontrou muitas dívidas e que as pagou do orçamento da Junta de Freguesia, sem a ajuda da Câmara, por isso diz que não sabe onde está a mesma situação. Mais disse, que de facto há uma fatura que por entender ser ilegal não a liquidou, encontrando-se o processo em Tribunal, e, quando o Juiz proferir a sentença, terão de a pagar, ou não, portanto diz não saber onde está a equidade da situação. -----

----- Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Rejeitada, por maioria, com treze votos contra do grupo municipal do Partido Socialista, sete a favor do grupo municipal do Partido Social Democrata e a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira.** -----



----- O grupo municipal do Partido Socialista e os Grupos de Cidadãos, “Fazer Mais pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”, apresentaram à mesa um Voto de Pesar, com o seguinte teor: -----

----- **" VOTO DE PESAR "** -----

----- *Faleceu no dia 17 de Novembro de 2015, Jorge Alberto Carvalho Santos Silva, homem de liberdade e defensor acérrimo da democracia.* -----

----- *Um dia triste para a democracia penaguiense e para os penaguienses amigos das liberdades e garantias.* -----

----- *Devemos prestar-lhe a devida homenagem pela sua dedicação ao concelho e suas gentes, principalmente quando em tempos difíceis e conturbados decidiu assumir a candidatura à liderança da Câmara Municipal nas primeiras eleições do poder local, decorrido o ano de 1976.* -----

----- *Pela inextinguível à democracia pela frontalidade democrática, pela dignidade e responsabilidade com que sempre desempenhou os cargos políticos para as quais foi eleito pelas gentes de Santa Marta, propõe-se a esta assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento.* -----

----- Assinado: “Os deputados Municipais do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Nossa Terra e por Medrões Sempre”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar o pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado José Emílio Esteves da Silva (n.º 2, artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de janeiro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à consideração dos Senhores Deputados, solicitando a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para dizer que o “Grupo



Municipal do PPD/PSD deseja ao Senhor Deputado José Emílio as maiores felicidades no desempenho das funções que lhe foram confiadas na Cruz Vermelha Portuguesa”. -----

----- **Deliberação: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.2** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados e não se registando qualquer pedido por parte dos Senhores Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara pediu o uso da palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dizendo que iria dar mais algumas informações para além daquelas que foram explanadas no documento enviado a todos os Membros da Assembleia, e referiu que o mapa onde estão as faturas por liquidar está desatualizada, que, atualmente, só existe uma por liquidar, a do Centro de Fiolhais, por não terem a situação legal resolvida. Referiu que, como é óbvio, vão aparecendo sempre mais faturas, mas que, segundo informação dos serviços da Divisão Financeira, só existem faturas de fevereiro por liquidar. Informou que a Câmara Municipal adquiriu um imóvel, a vinha e o Passal de S. João de Lobrigos, pelo valor de duzentos e cinquenta mil euros, que já deram de sinal cento e cinquenta mil euros, restando pagar cerca de cem mil euros que será no ato da escritura. Informou também que adquiriram, na Vila, a casa e trezentos e quinze metros, do Senhor Zeca Prior, por noventa e dois mil e quinhentos euros, e, um terreno nos Encambalados, já há muito ambicionado, por cinco mil euros. Continuou, dizendo que existiram boatos de que tinha saído o euro milhões à Câmara Municipal de dois milhões de euros, vindo do mandato anterior, e o que de facto se passa é que, nos quadros comunitários quando chegam ao fim, os projetos que não são concretizáveis, ou quando algum dinheiro sobra, o *overbooking*, fica disponível para outras candidaturas, e nesta fase, as obras que foram feitas e não foram candidatas pelo anterior Executivo, como a Estrada Santa Marta/ Régua, via Rodo, a Praça da Cultura e o Parque do Desporto, foram



candidatadas, por este Executivo, em outubro, passado um ano das eleições. Acrescentou que tudo isto tem dado muito trabalho, mas, garante que com gosto vão ter a oportunidade de servir melhor quem os elegeram. Informou que na Zona Oficial já fizeram seis escrituras e que vão ter a primeira Zona Oficial da CIMDOURO com fibra ótica disponível para todos os lotes. Informou também, que resolveram um problema que se arrastava há nove anos no Loteamento da Azinheira, venderam dois lotes e conseguiram fixar mais duas famílias. Quanto às Piscinas Municipais disse que tiveram que as encerrar para fazer obras, já há muito necessárias, tendo sido feito um investimento de doze mil euros. Continuou, informando que com a colaboração do Automóvel Club da Régua conseguiram, na disputa com oito municípios, na final com Santo Tirso, trazer novamente a “Rampa” para Santa Marta. Informou, ainda, que tiveram o privilégio de registarem uma marca de história que atravessa o país de Norte a Sul, trinta e oito municípios, a Estrada Nacional 2, e, diz ser um orgulho, um veículo extraordinário na promoção turística do Concelho e que poderá também ajudar a desenvolver o País. Quanto à questão do saldo, disse que é importantíssimo para o Executivo porque com o Portugal 2020 seria necessário ter disponibilidade financeira para a comparticipação nacional municipal. Quanto às Juntas de Freguesia disse que mantiveram os mesmos procedimentos dos anos anteriores e que os pagamentos serão da mesma forma. Terminou dizendo que “todos nós, ou quase todos, acreditam que Santa Marta tem futuro.” -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.3** – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia, para representar as Freguesias do Município, no Conselho Municipal de Educação (alínea d), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro); -----

----- Foi apresentada a lista A, subscrita pelo Partido Socialista (PS) e pelos grupos de cidadãos, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) constituída pelo



Senhor Fernando Borges Moreira, Presidente da União de Freguesia de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane. -----

Deliberação: Foi eleito o Presidente da União de Freguesia de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, Senhor Fernando Borges Moreira. -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimentos concursais de recrutamento na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza/vias municipais) e na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Arquiteto), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro). -----

----- Presente a proposta de abertura de procedimentos concursais, para aprovação da Assembleia Municipal, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 18 de fevereiro de 2015. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.5** - Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da despesa – 2015 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da despesa – 2015, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 18 de fevereiro de 2015. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.6** – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2014 (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição - 2014, para conhecimento da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A Câmara Municipal tomou conhecimento, deste Relatório, na reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 2015. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação atual). -----

----- Presente a proposta de alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação atual. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 24 de fevereiro de 2015. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção. -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

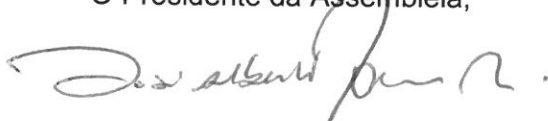
----- 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----

----- A Mesa não registou quaisquer pedidos de intervenção do público. -----

----- Esgotados os assuntos da Ordem de Trabalhos, foi feita a leitura da minuta da ata. -----

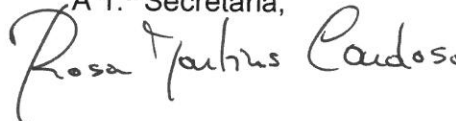
----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:30 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

A 1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso